

FUNAI dá ordem para não passar ninguém

190

BRASILIA — O presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, enviou ontem radiograma a todas as reservas indígenas do País determinando que índios e funcionários da FUNAI não permitam a entrada de empresas mineradoras ou garimpeiros nestas áreas, numa reação contra o decreto assinado anteontem pelo presidente João Figueiredo, que autorizou a exploração mineral nos territórios indígenas.

Marabuto afirmou que a direção da FUNAI é contrária à medida e tentará sua revogação. Ele fez ontem um apelo ao Governo Federal para que "reconsidere seu ato e faça sua assessoria refletir". Índios de todos os pontos do País estão chegando à Brasília e preparando um ato de protesto contra o decreto, possivelmente através de um acampamento em frente ao Congresso Nacional.

Marabuto não poupou críticas ao decreto — "o Governo tem outras alternativas para emancipar economicamente os índios, sem necessidade de liberar as atividades predatórias nas reservas" — mas negou que vá pedir demissão do cargo, apesar da incompatibilidade com o Governo Federal.

EXTINÇÃO

BELEM — A Associação dos Geólogos da Amazônia (APGAM) vai reafirmar em nota oficial, sua posição assumida em novembro passado, quando da demissão do ex-presidente da FUNAI, Jurandir Fonseca, contrária à liberação das terras indígenas à exploração mineral. "A regulamentação das exploração mineral em terras indígenas irá contribuir para a extinção da Cultura e da Comunidade indígenas", disse o presidente da APGAM, Carlos Alberto Alves, iniciando um rol de reações no Pará contra o decreto-lei assinado pelo presidente Figueiredo.

"É desnecessário liberar terras indígenas", insistiu, "quando se têm áreas disponíveis com ocorrências minerais que precisam ser pesquisadas. Geologicamente, o País deixou de fazer geologia básica. As próprias estatais deixaram de fazer pesquisa. Há cerca de 90 por cento do



Nelson Marabuto apela ao Governo

território nacional para se trabalhar".

MENSAGENS

Outra reação contrária ao decreto-lei, que libere as reservas indígenas às mineradoras, foi do delegado regional da FUNAI, Salomão Santos, que considerou "desastrosa" a regulamentação. Instruído pelo presidente do órgão, Nelson Marabuto, ele enviou mensagens de radiofonia às lideranças indígenas, informando que a FUNAI não teve nenhuma participação nisso e que não permitirá a entrada de empresas mineradoras antes que sejam esclarecidos os itens do decreto.

"A nossa preocupação já é grande com a falta de demarcação das reservas e agora tende a se agravar", disse. Confessando que durante um ano e meio à frente da Delegacia já recebeu mais de 60 pedidos de alvarás. Segundo ele, a convivência dos índios Gorotire e Kikretun da reserva Kalapoh, sul do Pará "está causando a destruturação dessas tribos. Já estão deixando a agricultura, inclusive querendo contratar brancos para esses trabalhos e está incentivando a saída dos mais jovens às cidades". Mas ambos grupos indígenas, que

obtem mensalmente Cr\$ 40 a 120 milhões mensais, lutam para aumentar o percentual da comercialização do ouro.

No rol das reações, o secretário administrativo da Rio Doce Mineração e Geologia (DOCEGOE), subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, Luís Bandeira, disse que a empresa, apesar de deter vários alvarás não têm interesse de atuar em reserva indígenas. Mas manterá e até prorrogará estes pedidos para proteger as reservas dos avanços de outras empresas.

TRÉGUA

GOIANIA — O governador de Goiás, Iris Rezende, anunciou que vai procurar estabelecer uma trégua entre os índios Apinagés e os brancos que possuem fazendas no município de Tocantinópolis, extremo norte do Estado, palco de muita tensão e um verdadeiro clima de guerra por causa das terras em disputa. A revelação foi feita durante encontro do governador com o presidente do Grupo Executivo das Terras do Tocantins/Araguaia, Iris Pedro de Oliveira.

O presidente do GETAT, por sua vez, surpreendeu os jornalistas que o aguardavam ao esclarecer que

o órgão por ele dirigido nada tem a ver com questão das terras dos índios. Disse ainda que a questão dos Apinagés não era o motivo de seu encontro com o governador goiano, mas sim convênios que o GETAT mantém com o Estado. O problema de Tocantinópolis seria abordado apenas num plano terciário, apenas a nível de comentários, já que a competência sobre isso é da FUNAI.

APAZIGUAMENTO

O dirigente do GETAT deu conta, ainda, do contato que manteve com o secretário da Segurança Pública, José Freire, com o qual tratou de medidas que visem o imediato serenar de animos até que a solução final aconteça. A exemplo do governador, Iris de Oliveira acha que o mais importante no momento é conseguir uma trégua entre brancos e índios. Iris Rezende manifestou, ainda, disposição de alojar eventuais pequenos proprietários rurais que fossem desalojados da reserva, em glebas próximas, cedidas pelo Estado.

DOVIDA

RIO — O porta-voz oficial da Presidência da República, Carlos Atila, pôs em dúvida a informação dada na véspera pelo ministro das Minas e Energia, César Cals, de que o presidente Figueiredo havia assinado decreto-lei autorizando a pesquisa e lavra minerais nas terras indígenas. Para Atila, o presidente apenas teria aprovado preliminarmente a sugestão, que seria depois levada à apreciação do ministro Danilo Venturini, secretário do Conselho de Segurança Nacional.

Anteontem, o ministro César Cals, em entrevista coletiva na improvisada sala de Imprensa da Casa de Saúde São José, afirmou solenemente que o presidente, minutos antes, durante despacho, assinara o decreto-lei elaborado pelos ministérios das Minas e Energia e do Interior. Acompanhava a informação do ministro uma foto da Empresa Brasileira de Notícias mostrando Figueiredo a assinar o decreto de do ministro César Cals.